



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SENADO FEDERAL)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir quota nas instituições federais de educação superior para estudantes oriundos da rede pública de ensino médio.

DESPACHO:

02/04/2004 - (APENSE-SE ESTE AO PL-1643/1999.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 5/4/04

REGIME DE TRAMITAÇÃO
PRIORIDADE

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		



Câmara dos Deputados



PL 3.153/2004 (Novo Despacho)

Autor: Senado Federal

Data da Apresentação: 16/03/2004

Ementa: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir quota nas instituições federais de educação superior para estudantes oriundos da rede pública de ensino médio.

Forma de apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Despacho: Apense-se a(o) PL-1643/1999.

Regime de tramitação: Prioridade

Em 02/04/2004

JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

Ofício nº 380 (SF)

Brasília, em 16 de março de 2004.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Geddel Vieira Lima
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminha Projeto de Lei do Senado à revisão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2003, constante dos autógrafos em anexo, que “institui quota para estudantes da rede pública nas Universidades Federais e dá outras providências.”

Atenciosamente,



Senador ROMEU TUMA
Primeiro-Secretário

Lote: 79
PL N° 3153/2004
Caixa: 74
3

SGM-SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Protocolo de Recebimento de Documentos	
Origem: SF	RM:
Data: 10/03/04	Hora: 19:37
Ass.: <i>suely</i>	Ponto: 3554

PROJETO DE LEI Nº 3153/04

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir quota nas instituições federais de educação superior para estudantes oriundos da rede pública de ensino médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 50-A:

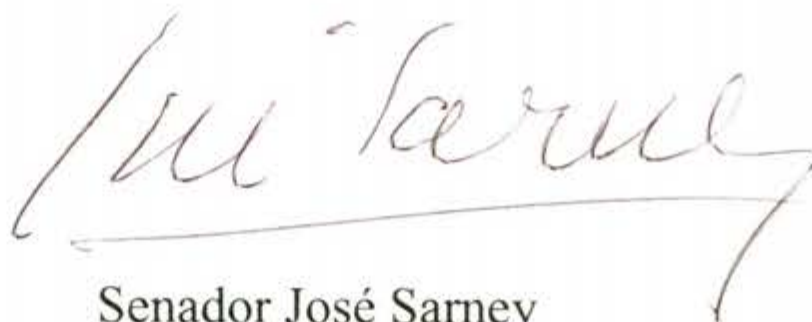
“Art. 50-A. As vagas oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das instituições federais de educação superior serão preenchidas com a observância de quota mínima de 50% (cinquenta por cento), por curso e turno, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em estabelecimentos de ensino públicos.

Parágrafo único. O preenchimento das quotas de que dispõe este artigo pressupõe a aprovação dos alunos nos processos de seleção adotados pelas instituições de ensino.”

Art. 2º O sistema de quotas instituído pelo art. 50-A da Lei nº 9.394, de 1996, será implementado no ano imediatamente posterior à entrada em vigor desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de março de 2004



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

PROJETO DE LEI Nº 3153/04

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir quota nas instituições federais de educação superior para estudantes oriundos da rede pública de ensino médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 50-A:

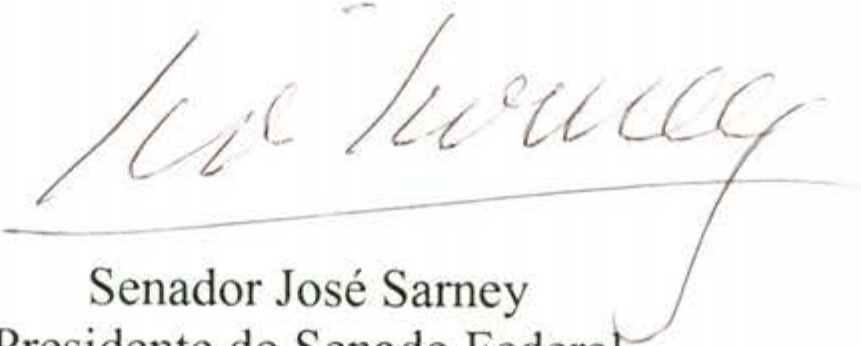
“Art. 50-A. As vagas oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das instituições federais de educação superior serão preenchidas com a observância de quota mínima de 50% (cinquenta por cento), por curso e turno, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em estabelecimentos de ensino públicos.

Parágrafo único. O preenchimento das quotas de que dispõe este artigo pressupõe a aprovação dos alunos nos processos de seleção adotados pelas instituições de ensino.”

Art. 2º O sistema de quotas instituído pelo art. 50-A da Lei nº 9.394, de 1996, será implementado no ano imediatamente posterior à entrada em vigor desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de março de 2004



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir quota nas instituições federais de educação superior para estudantes oriundos da rede pública de ensino médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 50-A:

“Art. 50-A. As vagas oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das instituições federais de educação superior serão preenchidas com a observância de quota mínima de 50% (cinquenta por cento), por curso e turno, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em estabelecimentos de ensino públicos.

Parágrafo único. O preenchimento das quotas de que dispõe este artigo pressupõe a aprovação dos alunos nos processos de seleção adotados pelas instituições de ensino.”

Art. 2º O sistema de quotas instituído pelo art. 50-A da Lei nº 9.394, de 1996, será implementado no ano imediatamente posterior à entrada em vigor desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de março de 2004

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

[Home](#) | [Senadores](#) | [Conheça o Senado Federal](#) | [Processo Legislativo](#)[Legislação](#) | [Livros e Documentos](#) | [Orçamento](#) | [Informações Externas](#)**SF PLS 00061/2003 de 13/03/2003**

Autor	SENADOR - Sérgio Cabral
Ementa	Institui quota para estudantes da rede pública nas Universidades Federais e dá outras providências.
Indexação	OBRIGATORIEDADE, DETERMINAÇÃO, GARANTIA, PERCENTAGEM, VAGA, UNIVERSIDADE FEDERAL, INGRESSO, CANDIDATO, APROVADO, SELEÇÃO, EXAME VESTIBULAR, DESTINAÇÃO, ESTUDANTE, ALUNO, ORÍGEN, ESCOLA PÚBLICA, ENSINO PÚBLICO, EXIGÊNCIA, CONCLUSÃO, ENSINO MÉDIO, ENSINO DE SEGUNDO GRAU.
Localização atual	SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE
Última Ação	SF PLS 00061/2003 Data: 05/03/2004 Local: SSCLS - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO Texto: Prazo para interposição de recurso de 08 a 12.03.2004.
Relatores	CCJ Aloizio Mercadante CE Valdir Raupp
Tramitações	<u>Inverter ordenação de tramitações (Data ascendente)</u> SF PLS 00061/2003 16/03/2004 SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE Anexado o texto revisado(fl. 18). 15/03/2004 SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE Recebido neste órgão às 17:30 hs. 15/03/2004 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO A Presidência comunica o encerramento, na última sexta-feira, do prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário, que foi aprovada terminativamente pela Comissão de Educação. À Câmara dos Deputados. À SSEXP. 12/03/2004 SSCLS - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo para interposição de recurso. 05/03/2004 SSCLS - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO Prazo para interposição de recurso de 08 a 12.03.2004. 04/03/2004 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO 10:00 - Leitura do Parecer nº 145/2004-CE, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável com apresentação das Emendas nºs 1 a 4 - CE. É lido o Ofício nº 2/2004, do Presidente da Comissão de Educação, comunicando a aprovação do projeto, em reunião realizada em 17 de fevereiro do corrente. Abertura do prazo de úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja submetida ao Plenário. À SSCLS. Publicação em 05/03/2004 no DSF Página(s): 5668 - 5673 (Ver diário) 04/03/2004 SSCLS - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Encaminhado à Ata. 03/03/2004 SSCLS - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Recebido neste Órgão, nesta data. 03/03/2004 CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Encaminhado à SSCLSF, para prosseguimento de sua tramitação.

02/03/2004 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Devolvido à CE.

19/02/2004 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Recebido neste órgão, nesta data.

17/02/2004 CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
À SSCLSF, para as devidas providências.

17/02/2004 CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO
A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 14 (quatorze) votos favoráveis o presente projeto, de autoria do Senador Sérgio Cabral, relatado pelo Senador Valdir Raupp, incorporando ao texto final as emendas de nºs 1 à 4 CE, aprovadas em globo, por 14 (quatorze) votos. Manifesta-se contrariamente ao projeto o Senador Almeida Lima. Assina sem voto o autor da proposição. Anexado à fl 04, requerimento rejeitado por esta Comissão (com os votos contrários dos Senadores Almeida Lima, Fátima Cleide e José Jorge) de autoria da Senadora Ideli Salvatti, propondo o adiamento da discussão da matéria. Anexado à fl. 13, ofício do Senhor Presidente da Comissão, Senador Osmar dias, comunicando ao Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, a aprovação do projeto.

12/12/2003 CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO
Devolvido pelo Senador Demóstenes Torres sem manifestação por escrito, estando em condições de ser reincluído em pauta.

09/12/2003 CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO
A Comissão, reunida no dia de hoje, concede vista ao Senador Demóstenes Torres, pelo prazo regimental de cinco dias.

09/12/2003 CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO
Devolvido pelo relator, Senador Valdir Raupp, com relatório concluindo pela aprovação do projeto, e emendas oferecidas estando em condições de ser incluído em pauta.

02/12/2003 CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Distribuído ao Senador Valdir Raupp, para relatar.

28/11/2003 CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
Recebido nesta Comissão em 28/11/03. Aguardando distribuição.

27/11/2003 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
16:13 - Aprovado o Requerimento nº 1.147, de 2003, fica dispensado o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ao exame da Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Publicação em 28/11/2003 no DSF Página(s): 39080 ([Ver diário](#))

26/11/2003 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 27.11.2003. Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.147, de 2003.

25/11/2003 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Agendamento antecipado para o dia 27.11.2003

20/11/2003 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Agendado para o dia 04/12/2003, o RQS nº 1.147/2003. (15 dias)

19/11/2003 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO
Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 1.147/2003.

18/11/2003 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Leitura do Requerimento Nº 1147/2003-SF, do Senador Sérgio Cabral, solicitando que seja dispensado o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de que a matéria seja encaminhada imediatamente à Comissão de Educação. À SSCLSF, para inclusão do Requerimento lido em Ordem do Dia.

Publicação em 19/11/2003 no DSF Página(s): 37770 ([Ver diário](#))

17/11/2003 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Encaminhado ao Plenário.

17/11/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Devolvido, pelo gabinete do Senador Aloizio Mercadante, em atendimento à Solicitação nº 223/2003 da Secretaria-Geral da Mesa, com a finalidade de atender requerimento de dispensa de parecer da CCJ. À SSCLSF.

29/04/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Distribuído ao Senador Aloizio Mercadante , para emitir relatório.

24/03/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.(Último dia: 21/03/2003). Matéria aguardando distribuição.

14/03/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando apresentação de emendas, e posterior distribuição.

13/03/2003 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Leitura Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos, cabendo à última decisão terminativa. Ao PLG com destino à CCJ e posteriormente à CE, para decisão terminativa.

Publicação em 14/03/2003 no DSF Página(s): 3395 - 3396 ([Ver diário](#))

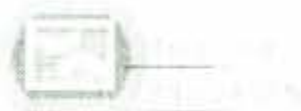
13/03/2003 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Este processo contém 02 (duas) folhas numeradas e rubricadas. À SSCOM.

Fontes: Secretaria-Geral da Mesa

Subsecretaria de Arquivo

Dúvidas, reclamações e informações: [SSINF - Subsecretaria de Informações](#) (311-3325, 311-3572)





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2003

Institui quota para estudantes da rede pública nas Universidades Federais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As vagas oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior Federais serão preenchidas observando-se a quota mínima de 40% (quarenta por cento), por curso e turno, de estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em instituições da rede pública estadual e/ou federal.

Art. 2º O sistema de quotas instituído no art. 1º desta lei será implementado no ano imediatamente posterior à entrada em vigor desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A questão relativa às quotas no ensino superior no Brasil tem sido motivo de muita polêmica, em razão da instituição recente desse sistema no Estado do Rio de Janeiro.

É fato, porém, que as Universidades Públicas Federais, que em sua grande maioria são as melhores do País, têm formado, às custas do erário público, quase que apenas alunos que compõem as classes sociais mais elevadas.

A ação social afirmativa precisa ser instituída de forma mais eficaz no Brasil, com a finalidade de reduzir as desigualdades sociais. Não é possível admitir que o ensino superior custeado pelo Estado seja privilégio apenas de alunos oriundos das classes sociais de melhor condição econômica, que tiveram a oportunidade de cursar o ensino médio em escolas particulares.

A reserva de 40% (quarenta por cento) de vagas para alunos que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas observa o princípio da razoabilidade e contém um critério objetivo, desapegado de qualquer tipo de discriminação de raça, cor ou religião. Trata-se de afirmar a vocação social da prestação de ensino pelo Estado, como meio de diminuição da defasagem hoje existente entre as camadas da população mais abastadas e as menos favorecidas.

Sala das Sessões, 13 de março de 2003. – Senador, **Sérgio Cabral**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa)

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 14 - 03 - 2003

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

eCâmara - Proposições

Consulta tramitação das proposições

Proposição: **PL-1643/1999**

Autor: Senado Federal

Data de Apresentação: 10/10/1999

Apreciação: Proposição sujeita a apreciação em Plenário

Regime de tramitação: Ordinário

Origem: PLS-298/1999

Situação: CEC: Aguardando Oitiva pelo Sr. João de Membro da Comissão.

Ementa: Estabelece reserva de vagas em instituições públicas para alunos egressos da rede pública de ensino.

Indexação: OBRIGATORIEDADE, INSTITUIÇÃO PÚBLICA, RESERVA, METADE, VAGA, ALUNO, C, INTEGRALIDADE, EDUCAÇÃO, ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO MÉDIO, ORIGEM, ESCOLA PÚBLICA, EXIGÊNCIA, APROVAÇÃO, PROCESSO, SÉRIE, CLASSIFICAÇÃO, ESTUDANTE.

Despacho:

8/10/1999 - DESPACHO INICIAL (ARTIGO 54 DO RI).

Apensados

PL 73/1999 PL 1447/1999 PL 2059/1999 PL 2486/2000 PL 2772/2000
 PL 4620/2001 PL 4784/2001 PL 5062/2001 PL 5325/2001 PL 5338/2001
 PL 5740/2001 PL 5783/2001 PL 5830/2001 PL 5870/2001 PL 6399/2002
 PL 165/2003 PL 373/2003 PL 1105/2003 PL 1149/2003 PL 1188/2003
 PL 1202/2003 PL 1335/2003 PL 1670/2003 PL 1883/2003 PL 2923/2004
 PL 3004/2004

préclusivo para reger 25/6

Requerimentos, Recursos e Offícios

- CEC (EDUCAÇÃO E CULTURA)

REQ 37/2003 CEC (Requerimento do Sr. João Matos)

Última Ação:

7/5/2003 - Comissão de Educação e Cultura (CEC) - Aprovado requerimento do Sr. João que requer a realização de reunião de audiência pública para discutir a matéria do Projeto de Lei 1.643/99, que "estabelece a reserva de vagas nas universidades para alunos egressos da rede pública de ensino".

Andamento:	
8/10/1999	PLENÁRIO (PL 1643/99) LEITURA E APROVAÇÃO DA MATÉRIA.
8/10/1999	MESA DIRETORIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DESPACHO INICIAL (ARTIGO 54 DO RI).
8/10/1999	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) ENCAMINHAMENTO À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.
23/11/1999	Comissão de Educação e Cultura (CEC)

	RELATORIA DE ATIVIDADES
2/3/2000	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 1447/99.
18/4/2000	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 2069/99.
2/6/2000	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DEFERIDO O PL 1447/99 E SOLICITANDO A APENSAÇÃO DOS PL. 1447/99 E PL. 2069/99, A
13/12/2000	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DE F-685/00, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DO PL. 73/99 A ESTE.
11/5/2001	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
1/6/2001	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
13/8/2001	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
17/9/2001	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
20/9/2001	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
27/12/2001	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
4/3/2002	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
4/3/2002	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
4/3/2002	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
3/4/2002	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
25/3/2003	COORDENADORIA DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Apense-se a matéria PL 73/99.
25/3/2003	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
7/5/2003	Comissão de Constituição e Justiça (CEC) Aprovação do Projeto de Lei nº 1.643/99, que requer a realização de reunião de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 1.643/99, que estabelece a reserva de vagas nas universidades públicas para o ensino de direito público de ensino".
27/5/2003	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
25/6/2003	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
25/6/2003	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
25/6/2003	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.
25/6/2003	MESA DIRETORA DE CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se a matéria PL 73/99.

11/7/2003	MESA DIRETORIA DO CONSELHO DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense nº 1.234.567/2003
19/8/2003	MESA DIRETORIA DO CONSELHO DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense nº 1.234.567/2003
19/9/2003	MESA DIRETORIA DO CONSELHO DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense nº 1.234.567/2003
16/3/2004	MESA DIRETORIA DO CONSELHO DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense nº 1.234.567/2004
16/3/2004	MESA DIRETORIA DO CONSELHO DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense nº 1.234.567/2004

Cadastrar para Acompanhar

⏪ Pagina anterior x

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Menu Principal



Serviços



Comunicação

eCâmara - Proposições

Consulta tramitação das proposições

Proposição: PL-1335/2003

Autor: Rubens Otoni - PT /GO

Data de Apresentação: 25/06/2003

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

Apensado(a) ao(a): PL-1643/1999

Situação: CEC: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Institui a repartição de vagas nas Universidades e Faculdades Públicas Federais, reservando 50% das vagas para os alunos egressos de escola pública.

Indexação: Obrigatoriedade, Universidade Federal, Faculdade, fixação, cota, reserva, metade, vaga, categoria e ensino superior, curso superior, estudante, origem, escola pública, exigência, aprovação, exame vestibular, critério

Legislação Citada

Última Ação:

16/7/2003 - Comissão de Educação e Cultura (CEC) - Apensação desta ao PL-1643/199

Andamento:	
25/6/2003	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Rubens Otoni (PT-GO).
4/7/2003	Seção de Registro e Controle de Análise da Proposição/SGM (SECAP(SGM)) Encaminhado à SGMGab.
7/7/2003	Chefia de Gabinete - SGM (SGMGab) Encaminhado à SGM.
11/7/2003	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) Apense-se este ao PL-1643/1999.
16/7/2003	Comissão de Educação e Cultura (CEC) Recebimento pela CEC.
16/7/2003	Comissão de Educação e Cultura (CEC) Apensação desta ao PL-1643/1999.
16/7/2003	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 17 07 03 PAG 33863 COL 01.

Cadastrar para Acompanhamento



Página anterior :



Nova pesquisa :

Recebimento pela CTASP.

12/2/2004

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)
Designado Relator, Dep. Jovair Arantes (PTB-GO)

Cadastrar para Acompanhamento



Página anterior



Nova pesquisa

Lote: 79
Caixa: 74
PL N° 3153/2004
14